

A tragédia educacional e os riscos anunciados às próximas gerações

Celso Luiz Tracco (*)

O Brasil tem ao menos três graves problemas estruturais: uma baixa qualidade escolar; uma enorme desigualdade social e o gigantismo da máquina pública

Apesar dos reconhecidos esforços de vários governos em um passado recente, investindo em campanhas para evitar evasão escolar, colocar mais alunos nas escolas, propor novos currículos escolares, aumentarem as horas de permanência dos alunos em escolas públicas, buscarem uma modernização dos métodos de ensino, um fato persiste: nossa qualidade de ensino é muito baixa.

Em recente estudo largamente divulgado, o Banco Mundial chegou a conclusão, analisando os dados do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA) por vários anos, que o Brasil demorará 260 anos - exatos, 260 anos - para alcançar a proficiência em leitura e 75 em matemática, comparando-se com os atuais níveis dos países desenvolvidos. Mesmo na hipótese desses dados serem contestados, a nossa desigualdade é abissal e por si só, uma vergonha.

O Brasil nunca teve uma efetiva política de governo voltada para a educação básica, quer seja estadual ou municipal, as esferas de governo encarregadas desta etapa da educação. Seria muito lógico que a educação infantil (creche e pré-escola) e o ensino fundamental (9 anos de estudo), fossem responsabilidades dos

municípios. A criança deveria estudar o mais perto de sua casa possível. Mas nossos municípios estão aparelhados para isso?

O governo federal a partir de Ministério da Educação, deveria ter um rígido programa de fiscalização escolar em todos os municípios brasileiros. Caso as metas estipuladas não fossem atingidas o município deveria perder sua autonomia administrativa, ter uma intervenção. Simples assim.

A escola básica deveria ser prioridade de governo absoluta. Os professores deveriam ter um preparo adequado e ter condições adequadas para o seu magistério. E este desempenho deveria ser sempre mensurado e cobrado. Por outro lado, um professor deveria ganhar sempre mais do que um vereador; afinal, ele, o professor, lida com o componente social mais importante da nação: o futuro.

Talvez assim consigamos reduzir aquele tempo que nos separa do desenvolvimento. Claro que parece difícil de acontecer, no entanto se acreditarmos nesse sonho, ele se tornará realidade. Fazemos uma revolução silenciosa, vamos inundar as redes sociais falando do descaso com a educação. Fazemos petições aos congressistas pedindo que a educação seja a prioridade de qualquer governo.

Se nós não mudarmos, nada mudará e estaremos condenando as futuras gerações a um atraso sem fim.

(*) - É economista e autor do livro *Às Margens do Ipiranga - a esperança em sobreviver numa sociedade desigual*.

Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa



O texto aprovado vai à sanção presidencial.

O ano de 2018 será instituído como o Ano de Valorização e Defesa dos Direitos Humanos da Pessoa Idosa. É o que prevê o projeto aprovado em Plenário na última quinta-feira (22). O texto vai à sanção presidencial. A escolha do ano de 2018 se deu em razão da Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos dos Idosos, celebrada pela OEA em 2015. O Brasil está atualmente em processo de ratificação dessa convenção. O acordo encontra-se em análise na Câmara.

O projeto estipula que, em celebração ao ano, haverá palestras, eventos, ações conjuntas da administração pública para incentivar a valorização do idoso, além de divulgação da convenção. O objetivo não

é criar data comemorativa no calendário nacional, mas estabelecer marco para estímulo de ações pelos direitos dos idosos. O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que em 2018 são comemorados os 70 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos e os 15 anos da aprovação do Estatuto da Pessoa Idosa.

Ele comemorou o acordo firmado entre Executivo e Legislativo para aprovação do projeto. "Fico feliz que, num momento de tanto conflito no mundo político do nosso país, eu tenha participado de um grande acordo entre Legislativo e Executivo por um projeto tão importante e que será votado por unanimidade", declarou (Ag.Senado).

Projeto que cria Sistema Único de Segurança terá urgência no Senado

Previsto inicialmente para ser aprovado até o dia 20 deste mês pelo Congresso Nacional, o projeto que cria o Sistema Único de Segurança Pública (Susp) ainda aguarda uma definição da Câmara dos Deputados

Questionado sobre o andamento da proposta, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, reforçou que pautará a proposta para que seja votada com urgência quando chegar à Casa.

Ele lembrou que o Senado avançou na pauta de segurança pública e de microeconomia desde o ano passado. "Não depende de mim. Eu farei isso de imediato [colocar em urgência] quando chegar aqui. Aprovamos quase 20 matérias sobre economia, mais de 15 sobre segurança pública como fim de foro privilegiado e abuso de autoridade desde agosto do ano passado. A Câmara tinha outra pauta", disse o presidente.

Eunício frisou que o Senado captou desde o ano passado o sentimento das ruas ao priorizar projetos que garantam a retomada do crescimento, a geração de empregos e o enfrentamento ao



Eunício: o Senado captou desde o ano passado o sentimento das ruas ao priorizar projetos que garantam a retomada do crescimento.

problema da segurança pública. "Tenho convicção de que a sensibilidade que o presidente [da Câmara] Rodrigo Maia tem fará com que essas matérias sejam votadas", avaliou.

Ao comentar o projeto de

privatização da Eletrobras, que também depende de uma definição da Câmara, Eunício de Oliveira destacou que a maior preocupação é garantir verbas para a gestão de recursos hídricos e de segurança pública. "Esse

projeto da Eletrobras precisa ser debatido. É preciso saber para onde vai o dinheiro. Não vamos aprovar um projeto apenas por aprovar. Sabemos as dificuldades que passam o Nordeste na questão de recursos hídricos. E agente precisa destinar recursos novos para que esses recursos possam ser incorporados à questão da segurança pública e dos recursos hídricos".

Indagado se as campanhas eleitorais podem atrapalhar a votação do projeto, Eunício disse que o Senado não deixará de votar matérias importantes nem durante o período eleitoral. "O Congresso vai funcionar normalmente até o início das eleições e no período eleitoral vamos fazer reuniões para que os senadores possam se dividir em relação a ficar aqui no Congresso, votar matérias importantes e, ao mesmo tempo, participar da campanha", salientou (Ag.Senado).

Em defesa da desoneração tributária para o setor produtivo

Asenadora Rose de Freitas (PMDB-ES) afirmou que o nível de tributação imposta pelo Estado acaba por sufocar, em demasia, a produção industrial, provocando preços mais altos para os consumidores e lucros mais baixos para empresários. Por isso, já que não se discute uma reforma tributária séria e efetiva, a desoneração tributária do setor produtivo brasileiro deve ser aprofundada, afirmou.

"Essa desoneração é necessária e urgente. Não pode ser, no entanto, uma desoneração vertical, localizada pontualmente, de maneira a beneficiar o setor A ou B, mas não traga nenhum ganho aos setores C, D e E. Não pode ser assim, de forma nenhuma. Nós sabemos, estamos cansados de saber que renúncias fiscais direcionadas a setores específicos acabam por ser fonte de ineficiência, de distorção competitiva e, por vezes, não por consequência, gerando a corrupção", opinou.

Uma medida proposta pela equipe econômica do governo federal, que Rose considerou acertada, é a unificação da alíquota do PIS e do Cofins. Ambos têm, grosso modo, o mesmo fato gerador, que são as receitas auferidas pelas pessoas jurídicas de direito privado. Tendo praticamente o mesmo fato gerador, os dois tributos poderiam ser perfeitamente unificados, afirmou a parlamentar.

Segundo Roses, essa é uma proposta que vai na direção da simplificação do sistema tributário e é aguardada com ansiedade pelos empreendedores e pelos estudiosos da política tributária brasileira, além de outras, já encaminhadas pelo próprio Senado, que reduzem a burocracia e melhoram o ambiente de negócios (Ag.Senado).

Eleitor tem até 9 de maio para fazer biometria no Estado

O eleitor que ainda não conseguiu fazer a biometria nos municípios onde o cadastramento é obrigatório, ainda poderá regularizar a sua situação até 9 de maio, data-limite do calendário eleitoral para alistamento, transferência e atualização de dados. O prazo do cadastramento obrigatório terminou na sexta-feira (23) nos seguintes municípios: Guarulhos, Sorocaba, Votantim, Botucatu, Araçoiaba da Serra, Salto de Pirapora, Itatinga, Pardinho e Várzea Paulista.

Em outras 75 cidades do estado, o prazo acaba na terça-feira (27).

Concluída a revisão, para evitar o cancelamento do alistamento eleitoral, o cidadão ainda tem a oportunidade de regularizar a sua situação perante a Justiça Eleitoral até 9 de maio, quando o cadastro é fechado para a preparação das eleições. Basta procurar o cartório eleitoral ou um posto de atendimento. Não haverá



Justiça Eleitoral recomenda que o eleitor faça o agendamento do atendimento por meio do site (<http://www.tre-sp.jus.br>).

necessidade de pagar multa pelo cancelamento, mas haverá multa de R\$ 3,51 pela ausência a cada turno do pleito.

Os eleitores dos municípios não submetidos à revisão eleitoral não necessitam realizar o cadastramento biométrico para votar nestas eleições. Nos últimos meses, 84 municípios paulistas passaram pelo processo de revisão do eleitorado. Cerca de dois milhões e meio

de pessoas foram convocadas para o cadastramento das impressões digitais. Guarulhos e Sorocaba, os maiores colégios eleitorais, somam mais da metade desse eleitorado. Em Guarulhos, faltam cerca de 27% dos 943 mil inscritos. Em Sorocaba, cerca de 22% dos 498 mil. No total dos municípios sob revisão, esse índice está em torno de 24% até o momento (ABR).

Lasier defende mudança na indicação ao cargo no STF

O senador Lasier Martins (PSD-RS) lamentou o conflito entre os ministros do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso e Gilmar Mendes, ocorrido na última quarta-feira (21). A troca de insultos foi destaque na imprensa brasileira e se iniciou com Barroso reagindo a uma fala de Mendes, que criticava decisões anteriores do próprio STF.

Na opinião do parlamentar, o acontecimento foi lamentável sob todos os aspectos, pelo mau exemplo e pela má impressão que a Suprema Corte brasileira transmite com o "bate boca", com o conflito que vem se repetindo e tem quase sempre o mesmo personagem envolvido: Gilmar Mendes, frisou.

Numa tentativa de evitar as indicações políticas de ministros do Judiciário, o que compete exclusivamente ao Presidente da República, a Casa deveria



Senador Lasier Martins (PSD-RS).

aprovar proposta que muda o rito dessas escolhas, defendeu o senador. A proposta do próprio Lasier, determina que a indicação para os cargos de ministros dos tribunais superiores saia de uma lista tríplice aprovada por um colegiado formado, entre outros, pelo presidente do STF, do STJ e do TST.

"[A discussão] foi mais uma comprovação de que não pode-

mos mais continuar admitindo indicações políticas, como tem acontecido. A todo instante em que há uma vaga no Supremo e nos tribunais superiores é a mesma coisa, indicações políticas que acabam redundando nesta triste episódio, de repercussão mundial, num mau exemplo e numa desmoralização - por que não? - que sofre nossa Suprema Corte", opinou (Ag.Senado).

Síndrome de Down é condição genética e não doença

Ao lembrar o Dia Internacional da Síndrome de Down - 21 de março - o senador Hélio José (Pros-DF) lamentou o fato de ainda haver muito preconceito e falta de informação sobre o tema. Segundo o parlamentar, não se trata de uma doença, mas de uma condição genética, uma vez que a pessoa com Down tem 47 cromossomos em vez dos habituais 46.

O representante do Distrito Federal lembrou que uma a cada 700 pessoas no mundo têm essa diferenciação genética, independente de cor, classe social ou região geográfica. E que a pessoa com Down tem condições de estudar, trabalhar e ocupar um lugar digno na sociedade, com plenas condições de se desenvolver pessoal

e profissionalmente. "Quem tem síndrome não é doente, nem deficiente, mas uma pessoa com necessidade específica", afirmou.

Na opinião do parlamentar, palavras inadequadas são veículos de preconceito, por isso ele lembrou que o termo "portador" caiu em desuso. "É essencial que a sociedade entenda que atitudes negativas ou mesmo falta de conhecimento sobre o potencial dos indivíduos com Down impedem ou mesmo dificultam o acesso deles às oportunidades de darem alguma contribuição a mais à sociedade. Por isso convoco a todos com Down para que se sintam empoderados e reclamem seus direitos e oportunidades", afirmou (Ag.Senado).

Aumento de penas para crimes relacionados à pirataria

O projeto que aumenta as penas para crimes relacionados à pirataria é o destaque do Plenário da Câmara para a próxima segunda-feira (26). Os deputados precisam analisar o substitutivo do Senado ao texto aprovado pela Câmara em dezembro de 2000, alterando diversos dispositivos da Lei 9.279/96, que trata dos direitos de propriedade industrial.

O texto do Senado aumenta a pena de 1 a 3 meses de detenção para 2 a 4 anos de reclusão em crimes como os cometidos contra patente de invenção ou de modelo; contra o registro de marca; ou de fabricação, sem autorização do titular, de pro-

duto que incorpore desenho industrial registrado; e a reprodução ou imitação de armas, brasões ou distintivos oficiais nacionais, estrangeiros ou internacionais para fins econômicos.

Pode ser debatido ainda a proposta do Senado, que disciplina a possibilidade de coleta de assinaturas eletrônicas de eleitores para a apresentação de projetos de iniciativa popular. Atualmente, só é possível a coleta de assinaturas manuscritas. Também na pauta está o projeto do deputado Carlos Zarattini (PT-SP), que regulamenta a atividade de lobby e de grupos de pressão junto ao setor público (Ag.Câmara).